

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: FORMAÇÃO E PRÁTICA DO EDUCADOR

YOUTH AND ADULT EDUCATION: EDUCATOR TRAINING AND PRACTICE

EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: FORMACIÓN Y PRÁCTICA DEL EDUCADOR

Mariane Cristina Coelho Bauth¹
Aparecida de Lourdes Santos²
Gisele do Rocio Cordeiro³

Resumo

Este trabalho aborda a Educação de Jovens e Adultos, focando na formação e prática dos educadores nesse contexto. O estudo visa compreender os marcos históricos que moldaram essa modalidade educacional, a importância da interligação entre teoria e prática no processo formativo e na atuação docente na Educação de Jovens e Adultos, e os principais desafios enfrentados pelos educadores nesse ambiente. A relevância dessa temática reside na necessidade de aprimorar o processo de formação dos professores para atuarem junto a jovens e adultos, onde as técnicas de ensino e as teorias educacionais desempenham um papel crucial na capacitação dos educadores. Estas ferramentas permitem que o docente conduza seu trabalho de maneira significativa, possibilitando a obtenção de resultados positivos, embasados na realidade em que estão inseridos. O objetivo central deste estudo é destacar a importância da integração entre teoria e prática no contexto educacional. Para atingir tal objetivo, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, a fim de aprofundar o entendimento sobre o tema proposto. Através de livros, artigos acadêmicos e pesquisas online, buscou-se ampliar o conhecimento sobre a prática do educador na Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa evidenciou que a modalidade de ensino destinada a jovens e adultos continua a ser uma relevante preocupação social. Além disso, ressaltou que o processo de formação dos professores para atuarem nesse cenário apresenta desafios significativos, especialmente considerando as complexidades do ambiente educacional. Nesse contexto, a prática emerge como uma ferramenta essencial, fornecendo apoio para enfrentar e superar tais desafios.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Prática. Educador. Formação.

Abstract

This work addresses Youth and Adult Education, focusing on the training and practice of educators within this context. The study aims to comprehend the historical milestones that have shaped this educational modality, highlighting the importance of the interconnection between theoretical frameworks and practical application in both the formative process and the instructional implementation in Youth and Adult Education. Additionally, the study seeks to elucidate the primary challenges faced by educators operating within this environment. The relevance of this subject matter lies in the imperative to enhance the training process of educators to effectively engage with young adults. Here, pedagogical techniques and educational theories assume a pivotal role in empowering educators. These tools empower educators to conduct their work in a purposeful manner, thereby facilitating the achievement of positive outcomes firmly rooted in the realities they navigate. The principal objective of this study is to underscore the significance of seamlessly integrating theoretical constructs with practical application within the educational domain. To realize this objective, a comprehensive bibliographic investigation was undertaken to delve deeper into the proposed thematic exploration. This pursuit involved a meticulous review of scholarly works, academic articles, and online research, all aimed at augmenting the understanding of educators' praxis in the sphere of Youth and Adult Education. Empirical findings from this research substantiate the enduring relevance of pedagogical approaches tailored to the young adult cohort. Furthermore, the research underscores that the pedagogical training process for educators in this scenario is rife with substantial challenges, particularly in view of the intricate educational landscape. In this intricate context, the

¹ Licenciando em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: marianebauth@hotmail.com

² Licenciando em Pedagogia no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: pretynha2015@gmail.com

³ Professora no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: gisele.c@uninter.com

practice emerges as an indispensable tool, offering a compass of support to confront and transcend these multifaceted challenges.

Keywords: Youth and Adult Education. Practice. Educator. Training.

Resumen

Este trabajo aborda la Educación de Jóvenes y Adultos, enfocándose en la formación y práctica de los educadores en este contexto. El estudio tiene como objetivo comprender los hitos históricos que han moldeado esta modalidad educativa, la importancia de la interconexión entre teoría y práctica en el proceso formativo y en el desempeño docente en la Educación de Jóvenes y Adultos, y los principales desafíos a los que se enfrentan los educadores en este entorno. La relevancia de este tema radica en la necesidad de mejorar el proceso de formación de los profesores para trabajar con jóvenes y adultos, donde las técnicas de enseñanza y las teorías educativas desempeñan un papel crucial en el empoderamiento de los educadores. Estas herramientas permiten que el educador realice su trabajo de manera significativa, lo que permite lograr resultados positivos fundamentados en la realidad en la que están inmersos. El objetivo central de este estudio es resaltar la importancia de integrar la teoría y la práctica en el contexto educativo. Para lograr este objetivo, se realizó una investigación bibliográfica para profundizar en la comprensión del tema propuesto. A través de libros, artículos académicos e investigación en línea, el objetivo era ampliar el conocimiento sobre la práctica del educador en la Educación de Jóvenes y Adultos. La investigación demostró que la modalidad de enseñanza dirigida a jóvenes y adultos sigue siendo una preocupación social relevante. Además, enfatizó que el proceso de formación de los profesores para este escenario presenta desafíos significativos, especialmente considerando las complejidades del entorno educativo. En este contexto, la práctica emerge como una herramienta esencial, brindando apoyo para enfrentar y superar dichos desafíos.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Práctica. Educador. Formación.

1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou por um longo processo até se tornar a modalidade de ensino que conhecemos hoje. No contexto do processo de formação dos educadores para atuarem nessa modalidade, não poderia ser diferente. Esse é um assunto que permeia inúmeras discussões, praticamente desde o início das reflexões voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma questão que atravessou décadas e que ainda suscita debates atualmente. O próprio processo de formação é uma grande preocupação. No entanto, o desenvolvimento das metodologias de ensino, aliado à experiência dos docentes na EJA, também é amplamente questionado pelos membros da sociedade e da comunidade escolar.

Por esse motivo, torna-se essencial promover uma base teórica que auxilie os educadores a compreenderem um pouco mais sobre o processo de formação para atuar na EJA. Isso possibilita uma reflexão sobre como a formação, em conjunto com as práticas de ensino, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de um ensino de qualidade. A relação entre teoria e prática tem demonstrado resultados significativos dentro dessa modalidade de ensino. Este trabalho apresenta como base teórica e metodológica uma pesquisa bibliográfica, que visa aprofundar o conhecimento sobre o EJA no que diz respeito à formação e à prática do educador.

Inicialmente, é feita uma análise dos principais marcos históricos que contribuíram ao longo do tempo para o reconhecimento da EJA como uma modalidade de ensino na educação básica no Brasil. Em seguida, explora-se o processo de formação docente para atuar na EJA na atualidade, abordando os pressupostos legais para a formação desses educadores. Além disso, enfatiza-se a importância da formação e da atuação prática desses docentes no campo do ensino.

Por fim, o trabalho demonstra como a prática pode se tornar uma forte aliada no processo de ensino, especialmente diante dos desafios enfrentados pelos educadores durante o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. A base teórica e metodológica deste estudo é sustentada por uma pesquisa bibliográfica, ancorada nas contribuições de autores como Andrade, Baseigo e Medeiros, Romanowski, Paula e Oliveira, Souza, entre outros. O objetivo é aprofundar o entendimento sobre a Formação e Prática do Educador na EJA

2 A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil

De acordo com Azevedo (1958), as atividades educativas no Brasil só tiveram início quase meio século depois da chegada dos portugueses ao país, mais precisamente no ano de 1549. Com a chegada dos jesuítas, inicialmente, o objetivo educacional da época era voltado para a aculturação da população, e o ensino se dava por meio do Ratio Studiorum, que tinha por base os estudos clássicos. Considera-se que nesse período tem início a educação de jovens e adultos no Brasil. Nesse sentido, Haddad e Di Pierro (2000) reconhecem que:

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que, no período colonial, os religiosos exerciam sua ação missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregavam das escolas de humanidades para colonizadores e seus filhos (p. 108-109).

Por sua vez, Souza (2012) afirma que a história da EJA no Brasil está inserida em um cenário socioeconômico que exerceu grande influência nessa modalidade de ensino ao longo dos anos. Essa influência não se restringe apenas ao campo da educação para jovens e adultos, mas também permeia a formação das políticas públicas de ensino de modo geral. Diferentes movimentos históricos também tiveram impacto na moldagem da educação até que ela se tornasse o que é hoje. Vale destacar que a EJA no Brasil emergiu para tentar amenizar diferenças sociais existentes no contexto brasileiro, buscando tornar a educação acessível àqueles que, de alguma forma, não puderam fazê-lo no momento adequado (Soares; Pedrosa, 2016).

A fim de compreender um pouco sobre a EJA no Brasil, torna-se necessário analisar um trecho da trajetória histórica da educação de jovens e adultos no país. Ao longo de um extenso período, essa modalidade sofreu grande discriminação até ser legalmente reconhecida como parte integrante do ensino básico. Iniciamos nossa exploração dessa temática ancorados nas ideias de Paula e Oliveira (2012), cujas contribuições elucidam os embates e os movimentos históricos no cenário brasileiro.

A conquista dos direitos educativos encontra na EJA um exemplo de luta e de (re)criação de paradigmas educacionais. A história da EJA nos revela um processo de avanços e recuos, tendo uma dinâmica específica a partir do século XX. Se, por um lado, é nesse período que o Brasil avança na consolidação de sua identidade e autonomia política e econômica enquanto nação de vocação própria, por outro, as lutas sociais também vão consolidando e conformando sua identidade cultural (Paula; Oliveira, 2012, p. 16).

Segundo Paiva (2015), desde o período do Brasil Colônia até o final da Primeira República, não havia uma preocupação com os sistemas de ensino voltados para as camadas populares. Essa negligência resultou em um grande número de analfabetos no país.

O domínio das técnicas de leitura e escrita não se mostrava muito necessário ao cumprimento das tarefas exigidas aos membros daquela sociedade colonial. Na verdade, só encontraremos escolas quando, já no Império, a sociedade brasileira começa a se transformar em face às novas condições de sua economia (Paiva, 2015, p. 193).

Apenas no início do século XX, mais precisamente nas décadas de 1930 a 1945, emergiu uma crescente preocupação com o progresso social das camadas populares da sociedade e a educação das pessoas daquela era. Paiva (2015) enfatiza que:

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30 (Paiva, 2015, p. 168).

Somente com a Constituição de 1934, no Artigo 50, o ensino primário integral gratuito passa a ser obrigatório se estendia também aos adultos. Além disso, foram criados cursos práticos de aperfeiçoamento destinados àquelas pessoas que já possuíam alguma profissão, bem como cursos de oportunidades voltados para aqueles que buscavam ingressar no mercado de trabalho. Portanto, esses cursos estavam intrinsecamente ligados às vagas de emprego disponíveis naquele período.

No entanto, tais cursos tiveram curta duração devido à perspectiva do então presidente da época, Getúlio Vargas, que propagava o discurso de que os cursos oferecidos promoviam

ideais comunistas. Conforme apontado por Freitag (1979), esse período não se caracterizou somente pela extinção dos cursos, mas também por movimentos antidemocráticos em diversas esferas sociais, que acabaram por impactar o sistema educacional brasileiro.

Com auxílio de certos grupos militares (tenentes) e apoiado pela classe burguesas, Vargas assume o poder em 1930, implantando, em 1937, o Estado Novo, com traços ditatoriais. Isto significa que a sociedade política invade áreas da sociedade civil, subordinando-as ao seu controle. É o que ocorrerá com as instituições de ensino. Percebe-se uma intensa atividade do Estado em ambas as instâncias da superestrutura criado pela primeira vez, em 1930, um ministério da Educação e Saúde, ponto de partida, segundo Valmir Chagas, para mudanças substanciais na educação, entre outras estruturas de uma universidade (Freitag, 1979, p. 48).

Devido a essas ações que, de certo modo, contribuíram com a educação, também provocaram alguns problemas devido a extinção dos cursos práticos. Além disso, é importante mencionar que o grande número de analfabetos no Brasil em 1940 se tornou alarmante durante esse período. A educação de jovens e adultos no Brasil começou a se tornar uma preocupação nacional. Foi nesse contexto que o governo lançou a primeira Campanha de Educação de Adultos, com o objetivo de alfabetizar os adultos em um período de três meses.

De acordo com Paiva (2015), após o início da Segunda República, a educação de adultos passou a ser considerada como um meio de disseminação de ideias. Surgiram novos movimentos educacionais destinados às camadas populares da sociedade, contrapondo-se às concepções de Getúlio Vargas. Nesse contexto, a educação de jovens e adultos passou a ter uma dimensão ligada à organização política das massas. Durante a década de 1940,

[...] as políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais (Faleiros, 1980, p. 46).

No entanto, foi no período entre os anos de 1958 e 1964 que surgiram grandes campanhas voltadas para a erradicação do analfabetismo, um problema que era considerado bastante significativo naquela época. Destaca-se nesse intervalo a Campanha de Educação de Jovens e Adultos.

[...] a primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos no Brasil, lançada em 1947, passou a ser sistematicamente criticada por não preparar adequadamente professores para trabalhar com essa população. No I Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, ainda em 1947, já eram ressaltadas as especificidades das ações educativas em diferentes níveis e se recomendava uma preparação adequada para se trabalhar com adultos. Passados mais de dez anos, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, as críticas à ausência de formação específica para o professorado, assim como à falta de métodos

e conteúdos pensados particularmente para a educação de adultos, tornaram-se ainda mais agudas, explícitas e generalizadas (Soares, 2008, p. 84).

Souza (2012) conclui que, após o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, os pensamentos do educador Paulo Freire ganham destaque no campo de alfabetização brasileiro, inclusive no da educação de jovens e adultos.

Os movimentos populares, em meados do século XX, dedicaram atenção à educação de adultos. Paulo Freire, associado a uma equipe de educadores comprometidos com a mudança social, é um dos educadores que sistematizou uma concepção de educação com o objetivo de dar outra intencionalidade política à educação com o objetivo de dar outra intencionalidade política à educação e à EJA, que contrapunha à concepção instrumental. Assim, ele organizou as experiências que geraram as bases da concepção dialógica de educação, a qual, na modalidade da EJA, teria a investigação dos temas geradores como fonte da prática do processo de conscientização, emancipação e libertação. Mais do que isso, formulou a concepção de alfabetização, como ato de conhecimento compreensão do mundo e da importância do sujeito no mundo e na sua transformação (Souza, 2012, p. 21-22).

De acordo com Paiva (2015), as ideias de Paulo Freire exerceram uma forte influência na educação brasileira, deixando um legado que perdura até hoje. No entanto, seu trabalho de alfabetização foi interrompido devido à percepção de que o pensamento freiriano representava uma ameaça à ordem estabelecida pelo governo da época. Seu programa foi encerrado por meio de uma portaria criada pelo governo e Paulo Freire foi exilado.

Os anos subsequentes, especialmente de 1961 a 1963, foram marcados por um período de agitação política e cultural, acompanhado de reformas implementadas pelo governo e uma participação popular significativa na política. Em 1962, surge o primeiro Plano Nacional de Educação, que estava em vigor desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024 de 1961. Posteriormente, em 1966, este plano foi revisado, passando a ser chamado de Plano Complementar de Educação. Essa revisão trouxe alterações na alocação de recursos federais (Brasil, 2000). Entretanto, o analfabetismo ainda persistia como uma preocupação de grande magnitude. Foi então que, no ano de 1967, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOMBRAL), estabelecido pela Lei 5.370, datada de 15 de dezembro.

O MOBRAL tinha o intuito de financiar e orientar tecnicamente programa de alfabetização funcional e de educação continuada para jovens e adultos na faixa etária de 15 a 35 anos; no entanto, foi a partir de 1970 mediante sua desvinculação do Ministério da Educação para o Ministério do Planejamento que este se tornou o maior movimento de educação de massa. Diante disso, ocorreram mudanças na estrutura interna do projeto, inclusive no setor administrativo e pedagógico, já que sua proposta de educação estava condicionada aos interesses vigentes da época. Assim, suas atividades passaram a ter um planejamento racional, no qual levou-se em conta os propósitos do governo militar que disseminava a ideia de que o país precisava se

desenvolver economicamente e por isso, o MOBRAL deveria reproduzir uma política educacional de cunho econômico (Coelho, 2021, p. 398).

Vale ressaltar que esse movimento se expandiu por todo o território nacional. Na década de 1970, surgiu o Programa de Educação Integrada (PEI), que possibilitava a continuidade dos estudos. Ao mesmo tempo, foi introduzido um projeto de educação via rádio. Todas as emissoras de rádio da época eram obrigadas a transmitir o programa educativo em um horário específico, como parte de sua grade de programação. No entanto, esse programa não alcançou os resultados esperados, o que resultou em um considerável número de oscilações de matrículas e altos índices de evasão durante o curso. Em 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 5.692/71, foi implantado o ensino supletivo. Foi nesse momento que a educação de jovens e adultos recebeu, pela primeira vez, uma atenção significativa por parte dos governantes da época.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 5.692/71, ao estabelecer as diretrizes e bases do ensino de 1º e segundo graus, não incluiu no Sistema de Ensino aqueles que não estudaram em idade considerada apropriada dos 7 aos 14 anos). Criou, no entanto, um sistema de atendimento paralelo ao sistema de Ensino Regular e abrangia o processo de alfabetização, a aprendizagem, a qualificação, algumas disciplinas e também a atualização. Os cursos podiam ser a distância (correio), com a certificação via exames, realizados em estabelecimentos oficiais ou não, sob a responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Educação. O parecer 699/72 do Conselho Nacional de Educação, elaborado por Valnir Chagas, regulamentava o então ensino supletivo ele atribuía quatro funções: Suplência, substituição compensatória do ensino regular via cursos ou exames, suprimento, complementação do inacabado por meio de aperfeiçoamento e atualização; aprendizagem e qualificação, que só teriam certificados de conclusão nas etapas de 5º a 8º séries ou 2º grau quando incluíssem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornassem equivalentes ao ensino regular (Brasil, 2000, p. 12).

Considera-se que essa modalidade de ensino tenha sido regulamentada e a ela tenham sido atribuídas as seguintes funções: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação, por meio da oferta de cursos e exames supletivos. Na década de 1990, o Brasil vivenciou um período de reformas educacionais, que tiveram início na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990.

Da década de 1990 em diante é possível constatar no país a existência de um conjunto de programas voltado à EJA. Alguns deles são: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceebjas), Programa Brasil Alfabetizado, parcerias entre Secretarias Estaduais de Educação e entidades da sociedade civil, programas de alfabetização no contexto das universidades das empresas etc. (Souza, 2012, p. 54).

De acordo com Souza (2012), no ano de 1991, devido as carências encontradas no ensino fundamental, o número de analfabetos voltou a atingir níveis alarmantes após o fim da Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 12, n. 41, p. 52-69, 2023

Fundação Educar. Isso resultou na transferência das responsabilidades que antes eram do governo federal para os estados e municípios. Nesse contexto, tornaram-se necessárias reformulações pedagógicas, já que, conforme observado por Marques (2018), havia uma lacuna significativa em relação à educação de jovens e adultos. Assim, em 1996, foi aprovada a LDBEN nº 9.394/1996, cujos artigos 37 e 38 abordam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A atual LDB abriga, no seu Capítulo II, a Seção V intitulada *Da Educação de Jovens e Adultos*. Os artigos 37 e 38 compõem essa seção.

Embora questões urgentes precisassem ser abordadas no campo da EJA, a modalidade de ensino EJA só foi legalmente reconhecida no ano 2000. Ela está regulamentada no Capítulo II da LDBEN nº 9.394/1996:

Art. 37.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizara e estimulara acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A Educação de Jovens e Adultos devesse articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. Este artigo foi incluído pela Lei nº 11.741, de 2008.

Art. 38

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento em estudos de caráter regular.

§1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do Ensino Médio, para maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do Ensino Médio, maiores de 18 anos.

§2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meio de informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Brasil, 2000, p. 33).

No entanto, algumas distribuições são feitas a essa modalidade de ensino que tem três funções específicas, a saber:

1-Função reparadora: Vai além da mera entrada e da presença dos jovens e adultos no contexto escolar como forma de lhes garantir o acesso aos direitos civis – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Para isso é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender especificamente às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.

2-Função equalizadora: Objetiva oferecer aos indivíduos novas formas de inserção no mundo de trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. Ou seja, a EJA se apresenta como uma possibilidade de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que os jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura

3-Função qualificadora: Diz respeito ao caráter incompleto do ser humano como indivíduo em permanente processo de construção, de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares (Brasil, 2000).

A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 estabelece as diretrizes nacionais que devem ser obrigatoriamente seguidas na educação de jovens e adultos. Ela propõe os aspectos a serem observados na oferta dessa modalidade de ensino, a fim de atender às necessidades específicas do público-alvo. Alguns desses fatores a serem considerados incluem a idade, a evasão do ensino regular e as experiências de vida. Isso é evidenciado de maneira mais precisa nos artigos da Resolução CNE/CEB nº 1, especialmente no artigo 5º.

- I- Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito a educação;
- II- Quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento das alteridades própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização de seus conhecimentos e valores.
- III- Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face as necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (Brasil, 2000, p. 23).

Embora seja reconhecida como modalidade de ensino e embasada por pressupostos legais, Souza (2012) observa que a EJA ainda continua batalhando por melhorias e qualidade dentro do campo educacional no Brasil. Houve significativos avanços desde as primeiras iniciativas nesse sentido no país. A participação da sociedade desempenhou um papel fundamental para que isso se tornasse uma realidade. Uma das preocupações centrais diz respeito às políticas públicas específicas para a formação dos professores que atuam nessa modalidade de ensino.

3 A formação docente para Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Suhr (2012) conclui que, inicialmente, não havia uma preocupação com a formação docente para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. No entanto, assim como ocorreu com a própria EJA, essa questão foi evoluindo ao longo dos anos e passou a ser objeto de questionamento. Foi assim que as discussões sobre a formação específica dos docentes para atuar na EJA tiveram início.

Durante todo o período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de D. João VI em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a

questão da formação de professores. É na Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, que essa preocupação apareceu pela primeira vez. Ao determinar que o ensino, nessas escolas, deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, a referida lei estipula no artigo 4º que os professores deverão ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias. (Saviani, 2009, p. 144).

Após esse período, diversos movimentos começaram a emergir, questionando como deveria ser a formação docente no Brasil. No entanto, somente em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais precisamente em seu Artigo 62, é enfatizado que o processo de formação do professor e a sua qualificação são responsáveis pela qualidade e o sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecer em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996).

Para atuar nas modalidades da educação básica, é necessário que os educadores se preparem adequadamente. Cada modalidade de ensino possui características distintas entre si, conforme apontado nos Documentos Curriculares Nacionais (DCN) da EJA.

4 Prática do Educador na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Conforme Justino (2013) destaca, durante o processo de formação, mais especificamente durante o período de estágio, o educador tem a oportunidade de relacionar a teoria com a prática. Nesse estágio, por meio de suas experiências, o educador inicia o processo de pesquisa, contemplando como suas ações práticas serão produzidas no futuro. A pesquisa, em geral, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das práticas acadêmicas, auxiliando o docente na construção de suas abordagens de ensino e metodologias que irão embasar seu cotidiano.

As atividades práticas referentes à ação docente no decorrer da formação do futuro professor contribuem para a construção do conhecimento, decorrente desse contato com a realidade e experiências vivenciadas, possibilitando, assim, a reflexão sobre a sua ação pedagógica (Justino, 2013, p. 155).

O processo de formação do educador é fundamental, mas deve-se estar atento às práticas de ensino, que são desenvolvidas durante o seu processo de formação e ao longo de sua trajetória dentro do ambiente de ensino.

No momento em que o profissional observa as questões do seu cotidiano e as coloca como situações problemáticas, isso o levava à reflexão e à busca de interpretação para o que está vivenciando, fazendo então, uma reflexão na própria ação (Justino, 2013, p. 65).

Conforme Freire (1996), trabalho de um docente é amplo e vai além das funções pedagógicas, envolvendo também aspectos sociais e políticos. Ou seja, ultrapassa as questões relacionadas à mera transmissão de conhecimentos aos alunos. Portanto, o professor deve considerar o perfil dos educandos, seu ritmo de aprendizado e outras questões, especialmente no caso dos educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino que traz consigo diversas especificidades já mencionadas anteriormente. Segundo Justino (2013):

A formação desse profissional está marcada por paradigmas tradicionais, tornando difícil, para ele superar os problemas encontrados no contexto em que está inserido. Mas é preciso compreender que a prática pedagógica outros aspectos que interferem na escola, precisa de atenção especial, pois nela o professor poderá encontrar formas para superar os problemas instituídos na formação inicial, promovendo mudanças que levem à reflexão sobre a ação docente e assim, construindo um sujeito 'crítico, reflexivo, democrático, flexível, comprometido, disposto a negociações, coerente e exigente' (Justino, 2013, p. 46).

Para que, assim, ele possa construir as suas práticas de ensino e desenvolver um trabalho que resulte em resultados positivos e significativos.

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer. [...] o que se precisa é possibilitar, que voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica (Freire, 1996, p. 38).

Por isso, Souza (2012) recorda que a formação e a prática do educador são dois temas bastante relevantes dentro do campo da modalidade de ensino para jovens e adultos. As técnicas de ensino, o ato educativo, a importância da articulação entre a teoria e a prática e os saberes, são todos processos imprescindíveis para a formação do educador.

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (Brasil, 2000, p. 56).

O educador necessita conhecer o ambiente de ensino no qual irá atuar, e, a partir disso, realizar uma reflexão crítica sobre sua própria prática de ensino. Ele deve estabelecer uma

conexão entre a teoria e a prática, identificando os pontos que precisam ser aprimorados. Isso ocorre porque uma prática pedagógica adequada desempenha um papel fundamental no favorecimento do desenvolvimento dos educandos.

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. Ou seu ‘distanciamento’ ‘epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela ‘aproximá-lo’ ‘ao máximo’. Quanto melhor faça esta operação, tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce entorno da superação da igualdade pela rigorosidade (Freire, 1996, p. 39).

O diálogo é fundamental dentro da sala de aula e serve como ponto de partida para a prática na EJA. Através desse diálogo, busca-se fazer com que o aluno compreenda que suas vivências e experiências de vida têm importância e relevância. Por meio dessa troca de ideias, eles passam a compreender a realidade em que estão inseridos e percebem que, por meio do conhecimento, podem deixar de ser meros espectadores e se tornar agentes de mudança na sociedade. Freire (1987) também enfatiza a importância do diálogo na construção da consciência social desses jovens e adultos:

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico — reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro — é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam-se não humanizando o mundo (Freire, 1987, p. 15).

Conforme Freire (1997) ressalta, é essencial desenvolver o trabalho a partir da realidade dos educandos, valorizando os conhecimentos que eles trazem consigo. É importante estabelecer conexões entre esses conhecimentos e os conteúdos de ensino, abordar questões problemáticas que estão relacionadas ao cotidiano dos alunos e incentivar discussões que visem à melhoria dessas questões sociais.

A Prática Pedagógica não se constrói apenas de elementos presentes na escola, mas interage com os fenômenos políticos, culturais e educativos do qual os educandos fazem parte. Nesse aspecto, pode-se apontar o seu caráter multicultural e desafio proposto ao docente enquanto mediador do conhecimento, de ressignificar sua prática, respeitando os diferentes sujeitos em sala de aula, oportunizando uma formação crítica/reflexiva, da qual possa agir sobre ela, buscando desenvolvimento sustentável para a sua comunidade, seu país e dele próprio (Freire, 1997, p. 30).

O ambiente da EJA nos leva a refletir sobre as diversas razões que levaram os estudantes a adiarem sua educação, seja por motivos financeiros, falta de motivação na infância ou mesmo dificuldades de aprendizado. Portanto, cabe ao educador, por meio de ações e metodologias de

ensino, tentar despertar o interesse desses educandos, compreender seus receios e verificar se os conteúdos que estão sendo transmitidos estão realmente sendo assimilados por esses alunos.

5 Desafios encontrados pelos professores no processo de ensino e aprendizado na EJA

A profissão do educador é repleta de desafios que abrangem diversas situações do dia a dia escolar. Cada etapa da educação demanda uma adaptação por parte do professor, uma vez que cada sala de aula possui suas particularidades. Ao entrar na sala de aula e dar início à sua carreira docente, o educador se depara com novos desafios que estão presentes tanto dentro da sala de aula como em todo o ambiente de ensino.

Sob o ponto de vista de Porcaro (2011), os maiores desafios enfrentados pelos docentes na busca pelo desenvolvimento de suas práticas têm sido: a heterogeneidade, a evasão, a juvenilização das turmas, a falta de materiais didáticos específicos, a baixa autoestima dos educandos, a rigidez institucional e as dificuldades de leitura e escrita. Além dessas questões apontadas, o autor também enfatiza que:

- A falta de uma orientação específica aos educadores recém-chegados ao trabalho da EJA, que gera nos educadores um estranhamento e uma insegurança.
- A falta de uma formação específica para o educador, no que se refere às diversidades dessa modalidade em relação ao tratamento específico dos conteúdos trabalhados.
- A heterogeneidade de níveis de aprendizagem dentro de cada turma, na qual o educador da EJA tem de atender, ao mesmo tempo, educandos que se encontram no final do processo.
- A grande diversidade entre os educandos jovens e adultos o que gera conflitos de interesse e de posturas entre eles e até mesmo, uma impaciência recíproca, ocasionando a desmotivação para os estudos e consequentemente, a evasão escolar.
- A baixa autoestima dos educandos, que não acreditam em sua capacidade de aprender, o que acaba por gerar bloqueios em seu processo de aprendizagem.
- A institucionalização do processo, gerando a rigidez própria do sistema regular.
- O processo de certificação dos educandos adultos, que gera a perda da qualidade no processo, devido à necessidade da sua padronização (Porcaro, 2011, p. 50).

Segundo Carrano (2005), muitos professores relatam que alguns desses jovens chegam ao 8º e 9º ano com muitas dificuldades na leitura, alguns, no entanto já demonstram mais facilidade nessa questão. A heterogeneidade do ambiente de ensino se torna também um grande desafio. Nesse contexto, o professor pode procurar métodos para atender a todos dentro do ambiente de sala de aula, para que os que ainda não foram alfabetizados não se sintam excluídos e abandonem os estudos.

[...] a dificuldade em lidar com a diversidade parece algo congênito na constituição da ideia de escolarização. A homogeneidade ainda é muito mais desejável à cultura

escolar do que a noção de heterogeneidade, seja ela de faixa etária, de gênero, de classe, cultura regional ou étnica (Carrano, 2005, p. 160).

Outra dificuldade enfrentada é a dificuldade dos alunos em frequentar a escola devido à sua realidade diária. Muitos trabalham, têm filhos e frequentemente não têm com quem deixá-los, o que acaba causando interferências significativas.

[...] os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não ocorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é de demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais (Di Pierro, 2010, p. 35)

Essas dificuldades também se manifestam no ambiente da EJA nas instituições onde os alunos estão em liberdade assistida. Segundo Porcaro (2011), a principal dificuldade dentro dessas instituições está relacionada a fazer com que os alunos compreendam que as oportunidades educacionais oferecidas nesse contexto não são apenas obrigações a serem cumpridas, mas sim oportunidades para desenvolverem-se na sociedade em que estão inseridos. Isso lhes proporcionará mais chances ao longo de suas vidas.

O esquema de valores que as pessoas privadas de liberdades possuem costuma ser “diferente” do que pode trazer qualquer educador(a), e isso conduz a um processo dialético entre a prática e a teoria, entre o que está bem e o que está mal, entre o dever ser e o que se é, entre o aqui e agora e o futuro. Esse enfrentamento de esquema de valores culturais contribui também para aquela especificidade do que foi apontado acima, somado ao encarceramento, tem consequências no plano psicológico das pessoas privadas de liberdade. A baixa autoestima, a pouca motivação, a retração emocional, o isolamento, as atitudes e expectativas reduzidas no presente e marcadas pelo passado, geram nas pessoas presas um alto grau de vulnerabilidade psicológica que, somada à vulnerabilidade social e à cultural, torna-a uma personalidade que precisa de uma abordagem sofisticada e interdisciplinar, na hora de pensar e levar adiante processos formativos nesse âmbito (Scarfó, 2009, p. 121).

Após analisar os desafios apontados pelos autores citados, podemos perceber por que a formação específica para o profissional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é tão necessária. Compreende-se que essa modalidade de ensino abrange características singulares, que vão além das encontradas nas outras modalidades da educação básica. A importância do professor é primordial na EJA, como ressalta Bartnik (2012):

O professor desenvolve um trabalho importante para a sociedade, não apenas porque trabalha os conteúdos específicos de cada área do saber ,a formação técnica dos alunos ,mas também porque ele, por meio da reflexão que realiza ao ministrar sua

disciplina e pela sua própria vivência e maneira de ser, deve contribuir para a formação de valores éticos, hábitos e atitudes, demonstrando domínio do acervo cultural e capacidade de conduzir a prática pedagógica coerente com os princípios de cientificidade, operação e ética (Bartnik, 2012, p. 156).

Buscar compreender os problemas que permeiam o ambiente e repensar a prática desenvolvida são questões fundamentais e que os educadores devem considerar dentro do ambiente de ensino.

O profissional da EJA precisa fazer com que esses alunos se sintam motivados a voltarem no dia seguinte, já que não são mais crianças e não vão à escola obrigados pelos pais. A partir da adolescência, o professor não é mais visto como o dono do conhecimento, passa a ser analisado por olhares cada vez mais críticos. Portanto, o papel do professor pode se tornar ainda mais difícil no que diz respeito à educação de jovens e adultos. Uma das grandes dificuldades na EJA é encontrar profissionais realmente capacitados para esse ensino. O aluno jovens e adultos não pode encontrar em sala apenas um mestre, mas precisa encontrar também no mestre, um amigo que entenda as suas necessidades e dificuldades de aprendizagem (Rodrigues, 2015, p. 33).

Os desafios encontrados têm tornado a prática de ensinar cada vez mais desafiadora. Por isso, os profissionais que atuam na docência precisam estar atentos às certezas que permeiam o ambiente de ensino, compreendendo as novas formas de ensinar e as complexidades do processo educativo. Para enfrentar esses desafios, alguns professores criam métodos e práticas diversas que os auxiliam em seu dia a dia no ambiente de ensino. Eles tentam atender às expectativas dos grupos em diferentes idades, respeitando suas principais diferenças. Buscam meios alternativos de ensino, como a adaptação de livros para os alunos da EJA, entre outras estratégias. Além dessas alternativas, a pesquisa e o aprofundamento constante do conhecimento são grandes aliados dos professores.

6 Considerações finais

Para garantir a clareza das considerações finais deste trabalho, destaca-se a relevância da evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo dos anos, bem como a importância crucial desta modalidade de ensino para os jovens e adultos no Brasil. Compreender o processo subjacente à formação de professores é de fato essencial, especialmente compreender como esse processo deve se traduzir em ações práticas para aprimorar o ambiente educacional de maneira fundamental. É inegável que a prática docente permeia todas as modalidades de ensino, independentemente do contexto em que ocorram.

No entanto, é necessário adotar abordagens que se adaptem a cada campo de ensino, considerando as necessidades específicas de cada grupo e o contexto em que os educadores

atuam. Isso é especialmente crucial no âmbito do ensino direcionado a jovens e adultos, que, como argumentado pelos autores, apresenta características muito distintas. Abordar os desafios que afetam esse ambiente e repensar as práticas desenvolvidas são aspectos fundamentais que os educadores devem levar em consideração ao atuar no ambiente educacional.

A reflexão sobre a prática docente emerge quando o professor se sente motivado a engajar os alunos e opta por adotar uma abordagem educacional centrada no protagonismo estudantil. Por meio desta pesquisa, foi possível obter uma compreensão mais aprofundada das particularidades da EJA, da formação de professores e de suas práticas no ambiente educacional. A partir desses insights, chegou-se à conclusão de que é necessário desenvolver mais pesquisas relacionadas a esse tópico, uma vez que se discute amplamente a formação docente, porém pouca atenção é dada à importância das práticas de ensino e à forma como elas devem ser adaptadas às diversas modalidades de ensino, não se limitando apenas à EJA e à educação básica.

Referências

AZEVEDO, F. **Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARTNIK, H. L. S. B. **Gestão Educacional**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

BRASIL. **Conselho Nacional da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 21 ago. 2023.

CARRANO, Paulo José Rodrigues. Identidades juvenis e escola. *In*: UNESCO. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília, DF: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

COELHO, L. R. Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral): As Balizas Curriculares, Pedagógicas e Técnicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 397-417, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/458>. Acesso em: 22 ago. 2023.

DI PIERRO, Maria Clara. Balanço e desafios das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *In*: SOARES, Leôncio *et al.* (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. ENDIPE, 15. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREITAG, B. Política educacional: uma retrospectiva histórica. *In*: FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 29–40, jan. 2000.

JUSTINO, M. N. **Pesquisa e recurso didáticos na formação e prática docentes**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PAULA, Claudia Regina; OLIVEIRA, Marcia Cristiane. **Educação de jovens e adultos**: educação ao longo da vida. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SCARFÓ, Francisco. A educação pública em prisões na América Latina: garantia de uma igualdade substantiva. *In*: UNESCO. **Educação em prisões na América Latina**: direito, liberdade e cidadania. Brasília, DF: UNESCO, OEI, AECID, 2009.

SOARES, L. J. G.; PEDROSO, A. P. F. Formação de educadores na educação de jovens e adultos (EJA) alinhando contextos e tecendo possibilidades, **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 251-268, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698161277>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SOUSA, Vanessa Garcia Nogueira. **A importância da formação docente na modalidade EJA**: as especificidades dos alunos excluídos da escolarização formal na idade adequada. 2021. 61 f. Monografia (Graduação) — Curso de Pedagogia, Campus Universitário de Miracema, UFT, 2021.

SOUZA, M. **Educação de Jovens e adultos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SOARES, L. O educador de jovens e adultos e sua formação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 83-100, jun. 2008.

PAIVA, J. **Aprendizados ao longo da vida**: sujeitos, políticas e processos educativos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2015.

ROMANOWSKI, J. **Formação e profissionalização docente**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SUHR, I. R. F. **Teorias do conhecimento pedagógico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PORCARO, R. C. Os desafios enfrentados pelo educador de jovens e adultos no desenvolvimento de seu trabalho docente, **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 25, p. 39-57, 2011.

RIBAS, M. S.; SOARES, S. T. Formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente. In: IX ANPED SUL - SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais** [...] Caxias do Sul, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1026/448>. Acesso em: 21 ago. 2023.

RODRIGUES, Lívia Marise Silva. **A importância da formação dos docentes da EJA**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Letramento e Práticas Interdisciplinares nos Anos Finais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.